



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

**Registro: 2019.0000896114**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002, da Comarca de São Paulo, em que são apelantes/apelados SCHIRNEI DE SOUZA PINHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA) e JOSÉ CANDIDO FILHO (JUSTIÇA GRATUITA), Apelantes RAIMUNDO CANDIDO PINHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA), ROSINEIDE SILVA DUARTE (JUSTIÇA GRATUITA), LUCINEIDE SILVA PINHEIRO (JUSTIÇA GRATUITA) e EDIVÂNE PEREIRA DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada/apelante MARIA PINHEIRO SANTANA, Apelados FÓRMULA 28 AUTOCENTER INSTALAÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA - ME, SÃO PAULO TURISMO S/A e JOSÉ CLAUDIO LEONARDO FILHO.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso dos autores e negaram provimento ao recurso do réu por V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), BONILHA FILHO E RENATO SARTORELLI.

São Paulo, 25 de outubro de 2019.

**ANTONIO NASCIMENTO**

**Relator**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

**4ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro/SP**

**Apelantes/Apelados: SCHIRNEI DE SOUZA PINHEIRO, EDIVÂNE PEREIRA DE OLIVEIRA, RAIMUNDO CANDIDO PINHEIRO, JOSÉ CANDIDO FILHO, LUCINEIDE SILVA PINHEIRO, ROSINEIDE SILVA DUARTE, MARIA PINHEIRO SANTANA e JOSÉ CLAUDIO LEONARDO FILHO**

**Apelados: SÃO PAULO TURISMO S/A, FÓRMULA 28 AUTOCENTER INSTALAÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA – ME**

**MM. Juiz de Direito: Dr. RENATO DE ABREU PERINE**

**VOTO Nº 25595**

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE VEÍCULO – ATROPELAMENTO. Culpa do réu evidenciada. Danos morais. Indenização devida. Aplicação dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Sucumbência mantida.

RECURSO DOS AUTORES PARCIALMENTE PROVIDO E IMPROVIDO O DO RÉU.

A sentença de fls. 432/442 julgou **improcedente** a presente **ação de indenização** decorrente de acidente de veículo, ajuizada por **Edivâne Pereira de Oliveira, Raimundo Candido Pinheiro e José Candido Filho** contra **José Cláudio Leonardo Filho**, condenando os autores ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em R\$ 5.000,00, observada a gratuidade de justiça. Após, julgou **parcialmente procedente** a lide, com relação a **Schirnei de Souza Pinheiro, Lucineide Silva Pinheiro, Rosineide Silva Duarte e Maria Pinheiro Santana**, para condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais de R\$ 100.000,00, às filhas da vítima; e R\$ 60.000,00 à esposa. Em

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

consequência, condenou o réu ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, observada a gratuidade de justiça. Após, julgou **improcedente** a lide, com relação a **São Paulo Turismo** e a lide **secundária** proposta contra a **Fórmula 28**.

Inconformadas, as partes recorrem.

Os autores requerem a majoração dos danos morais, bem como a extensão dos danos morais aos irmãos da vítima. Requerem a incidência da correção e juros a partir do evento danoso e a majoração dos honorários advocatícios (fls. 445/478).

O réu sustenta culpa da vítima pelo acidente, ou, subsidiariamente, culpa concorrente. Requer a redução da indenização (fls. 481/487).

A autora, **Maria Pinheiro**, sustenta responsabilidade solidária das fornecedoras **Fórmula 28** e **SP Turismo** pelos danos causados. Requer a majoração da indenização, bem como dos honorários advocatícios (fls. 506/528).

Recursos recebidos e bem processados.  
Contrarrazões a fls. 531/553, 554/563, 564/575, 576/582, 583/588, 589/595.

**É o relatório.**

Cuidam os autos de **ação de indenização por danos morais e materiais**, decorrente de acidente de veículo. Relata a parte autora, em apertada síntese, que em 23/08/2015, a vítima **Laurindo Candido Pinheiro** foi atropelado quando caminhava pela área reservada para atividades físicas, dentro do Autódromo Municipal de Interlagos, pelo veículo GM/Celta, de placa HIC 9540, de propriedade do réu, que invadiu a área restrita em alta velocidade. A vítima faleceu no local.

O atropelamento é fato incontroverso. As circunstâncias do sinistro, por sua vez, apontam para culpa do réu.

O réu não conseguiu demonstrar, ao longo da instrução, a culpa exclusiva da vítima. E há elementos convergentes para o reconhecimento da culpa do condutor do automóvel.

Segundo descrição dos policiais constante no boletim de ocorrência, o acidente ocorreu da seguinte forma: *“...segundo informado, um rapaz teria furado o bloqueio descendo com seu GM-celta, cor prata, pela via perimetral que estava proibida para circulação de carros, onde em alta velocidade acabou atropelando a vítima, um senhor que fazia caminhada pelo lugar. No autódromo estava ocorrendo o evento de nome “Radical Show”, além de outros eventos, porém, na pista auxiliar da pista principal. Os policiais foram falar com o indiciado, sendo que o rapaz aparentava estar alcoolizado pois tinha olhos vermelhos, voz pastosa, hálito etílico e ainda alegou que tinha bebido cerveja e também que tinha discutido com sua namorada, momento em que desceu rapidamente com seu veículo, causando o atropelamento...”* (fls. 33).

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

O laudo pericial (fls. 344/352) descreveu a dinâmica do acidente: *“Trafegava o veículo de placas HIC 9540 pela via denominada “perimetral”, no sentido bairro-centro, sobre o canteiro ajardinado da lateral esquerda da via, quando derivou a sua direita, colidindo sua dianteira esquerda conta a vítima, a qual bateu sua cabeça na região esquerda do vidro dianteiro do veículo em epígrafe, perdendo seus calçados e sendo arremessado...”* (fls. 351).

No caso dos autos, as fotografias de fls. 209/214 demonstram bem o sítio da colisão e a invasão do veículo no gramado por onde caminhava a vítima. O documento de fls. 352 comprova que o réu conduzia o veículo sob influência de álcool.

Com efeito, o pedestre encontra-se em posição de manifesta fragilidade em relação ao porte dos veículos motorizados, sujeitando-se, pois, a um risco mais sério quando da ocorrência de acidentes.

Caracterizada está a imprudência do motorista, que não observou as cautelas necessárias para conduzir o automóvel.

E, nesse ponto, é forçoso convir que a decisão recorrida deu adequada solução à controvérsia, merecendo subsistir, por seus próprios fundamentos.

A questão remanesce, portanto, somente quanto aos danos morais decorrentes do acidente de trânsito.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

A caracterização do dano moral é evidente, haja vista a dor e o sofrimento causado pela perda de um ente querido pelos autores. Assim, o *quantum* indenizatório deve levar em conta o sofrimento da vítima, além da capacidade econômica e o grau de culpa do autor do dano. Não se olvida, todavia, do princípio da razoabilidade, que deve estar sempre presente na mente do julgador, segundo o qual hão de ser adotadas as regras máximas da experiência, visando à vedação do enriquecimento ilegítimo da parte. Mostra-se, portanto, adequada a quantia fixada na r. sentença, pois proporcional às peculiaridades da espécie.

Os autores, **Raimundo Candido Pinheiro** e **José Candido Filho**, fazem jus a indenização por danos morais, fixados em R\$ 20.000,00, para cada um, pois são irmãos da vítima, não havendo que se falar em inexistência de vínculo afetivo.

Nesse sentido:

**“ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS.** *Presume-se o dano moral em relação aos 'irmãos da vítima, tendo em vista a clara proximidade do parentesco entre eles.*”<sup>1</sup>

**“TRANSPORTE FERROVIÁRIO. Indenizatória de dano moral.** *Queda de trem com as portas abertas. Lapso temporal entre o evento e a propositura da ação. Dano moral. 1. Os irmãos de vítima fatal de acidente de transporte possuem legitimidade para pleitear indenização por danos morais ainda que não demonstrado o vínculo afetivo entre eles Precedentes. 2. A demora da parte na propositura da ação indenizatória decorrente do óbito de ente querido não descaracteriza o dano moral Precedentes. 3. Culpa exclusiva do transportador devidamente caracterizada. 4. Indenização por*

1 TJSP - 35ª Câ. Dir. Privado - ApCiv 9000261-85.2009.8.26.0100 - Rel. Des. **Gilberto Leme** - J. 26/10/2015.

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

*dano moral fixada em R\$ 30.000,00 para cada apelante, suficiente para cumprir o caráter triplice da condenação, em sintonia com precedentes a 24ª Câmara de Direito Privado. **RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.***<sup>2</sup>

Correção monetária a contar do arbitramento (STJ, Súmula 362). Os juros de mora são contados do evento danoso (STJ, Súmula 54).

A autora, **Edivâne Pereira de Oliveira**, não é filha consanguínea da vítima e, tampouco, comprovou qualquer tipo de relação de afetividade com o falecido, razão pela qual não faz jus a indenização.

No tocante à responsabilidade das empresas **São Paulo Turismo e Fórmula 28**, não se pode olvidar que a doutrina e a jurisprudência vêm convergindo no entendimento de que, se se tratar de omissão ou falha do serviço, a responsabilidade do ente público ou das empresas prestadoras de serviços é subjetiva, e não objetiva. Avulta, a respeito, o magistério de **Celso Antônio Bandeira de Mello**:

*“Logo, a responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento ilícito. E, sendo responsabilidade por ilícito, é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do Estado (embora do particular possa haver) que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo). Culpa e dolo são justamente as modalidades de responsabilidade subjetiva.”*<sup>3</sup>

Assim, conforme bem mencionado pelo

---

2 TJSP - 24ª Câ. Dir. Privado - Apel. nº 0004368-51.2011.8.26.0007 - Rel. Des. **Sílvia Maria Facchina Esposito Martinez**, J. 10/11/2016.

3 MELLO, Celso Antônio Bandeira. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 855.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
26ª Câmara de Direito Privado  
Apelação Cível nº 1053793-06.2015.8.26.0002

Juiz de Origem: *“Em que pese a incidência da lei nº 8.078/90, já que o falecido pode ser enquadrado como consumidor por equiparação, nos termos do art. 17, é certo que, no presente caso, há culpa exclusiva de terceiro, atribuída ao réu José, a ponto de isentar a permissionária do autódromo (São Paulo Turismo) e a cessionária da área (Fórmula 28) na reparação dos danos que os familiares suportaram...”* (fls. 421).

Por fim, a verba honorária sucumbencial foi corretamente fixada consoante os preceitos legais. Sem embargo do disposto no art. 85, § 11, do CPC, é certo que se deve fazer a interpretação sistemática dos dispositivos legais, de modo que a previsão contida em referido parágrafo deve obedecer, antes, ao comando do § 2º do art. 85. Logo, há de se manter a condenação, nos moldes fixados em 1º grau.

Postas essas premissas, **dá-se parcial provimento** ao recurso dos autores e **nega-se provimento** à apelação do réu, nos termos acima expostos.

**Antonio** (Benedito do) **Nascimento**  
**RELATOR**